



DOI: <http://dx.doi.org/10.22483/2177-5796.2025v27id5466>

O "VELHO" E O "NOVO": FERNANDO DE AZEVEDO E A DISPUTA ENTRE LIBERAIS E CATÓLICOS NO CAMPO EDUCACIONAL

The "new" and the "old": Fernando de Azevedo and the dispute between Liberals and Catholics in the educational field

Lo "viejo" y lo "nuevo": Fernando de Azevedo y la disputa entre Liberales y Católicos en el campo de la educación

Ana Beatriz Peres de Sousa¹, Veralúcia Pinheiro²

Resumo: Neste artigo discutimos o conflito e a disputa entre liberais e católicos na década de 1930 até a publicação do texto final da Constituição de 1934. Num momento de consolidação do capitalismo industrial no Brasil, manifesta-se a demanda pela expansão da instrução pública, cujas diretrizes tornam-se o terreno principal da contenda protagonizada pelos grupos em questão. Centralizamos a discussão ao governo provisório de Getúlio Vargas, após a Revolução de 1930, uma vez que o debate entre liberais e católicos se torna mais acentuado durante a constituinte de 1933, com ambos os grupos agindo intensamente em prol da aprovação de suas ideias e interesses no que dizia respeito aos novos parâmetros educacionais que comporiam a nova Carta. Compreendendo a extensão do tema e do conceito de liberalismo, recortamos às reflexões de Fernando de Azevedo em *A Cultura Brasileira*, obra publicada pela primeira vez em 1943, ainda sob o regime do Estado Novo. Fernando de Azevedo insere-se nesse debate como uma das figuras centrais na defesa da democratização e laicidade da educação pública, sendo um dos autores brasileiros de grande expressão no campo educacional na primeira metade do século XX, e que teve importante papel ao estabelecer uma sociologia da educação no país.

Palavras-chave: Fernando de Azevedo; católicos; liberais.

¹ Universidade Estadual de Goiás | Anápolis | GO | Brasil. E-mail: anabperes.sousa@gmail.com | Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-2917-7941>

² Universidade Estadual de Goiás | Anápolis | GO | Brasil. E-mail: veralucia.pinheiro@ueg.br | Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5075-4829>

Abstract: In this article, we discuss the conflict and dispute between Liberals and Catholics in the 1930s until the publication of the final version of the 1934 Constitution. As industrial capitalism was being fully established in Brazil, a demand for the expansion of public education grew stronger, and its guidelines became the main ground of the dispute between the groups in discussion. We focused the debate on the transitional government of Getúlio Vargas, after the 1930 Revolution, since the conflict between Liberals and Catholics became more intense during the Constituent Assembly of 1933, when both groups were acting intensely for the approval of their ideas and interests regarding the new educational parameters that would form part of the new Constitution. Once we understand the extent of the theme and the concept of Liberalism, we turned to Fernando de Azevedo's reflections in *A Cultura Brasileira*, published for the first time in 1943, under the *Estado Novo* regime. We can say that Fernando de Azevedo joins this debate as one of the central characters in the defense of the democratization and secularity of public education, being one of the most important Brazilian authors in the field of education in the first half of the 20th century, who played an important role in establishing a sociology of education in the country.

Keywords: Fernando de Azevedo; catholics; liberals.

Resumen: Este artículo analiza el conflicto y la disputa entre liberales y católicos en la década de 1930 hasta la publicación del texto final de la Constitución de 1934. En un momento de consolidación del capitalismo industrial en Brasil, se manifiesta la demanda de expansión de la enseñanza pública, cuyas directrices se convirtieron en el principal motivo de disputa entre los grupos en cuestión. Centramos la discusión en el gobierno provisional de Getúlio Vargas, después de la Revolución de 1930, ya que el debate entre liberales y católicos se hizo más intenso durante la Asamblea Constituyente de 1933, con ambos grupos actuando intensamente a favor de la aprobación de sus ideas e intereses con respecto a los nuevos parámetros educativos que compondrían la nueva carta. Comprendiendo la amplitud del tema y del concepto de Liberalismo, recurrimos a las reflexiones de Fernando de Azevedo en *A Cultura Brasileira*, publicada por primera vez en 1943, todavía bajo el régimen del *Estado Novo*. Podemos decir que Fernando de Azevedo forma parte de este debate como una de las figuras centrales en la defensa de la democratización y el laicismo de la educación pública, siendo uno de los autores brasileños más importantes en el campo de la educación en la primera mitad del siglo XX, y que desempeñó un papel importante en el establecimiento de una sociología de la educación en el país.

Palabras clave: Fernando de Azevedo; católicos; liberales.

1 INTRODUÇÃO

O fim da Primeira República introduz um contexto econômico e de industrialização que motiva uma necessidade de ampliação do ensino público para suprir as demandas do capitalismo industrial, o que inicia uma disputa no campo educacional, especialmente após a criação do Ministério da Educação e Saúde, em 1930. Neste artigo, procuramos investigar os conflitos entre liberais e católicos, as demandas de ambos e os resultados desta disputa no texto final da Carta de 1934. Como opção de fonte, utilizaremos a discussão desenvolvida por Fernando de Azevedo (2010) em *A Cultura Brasileira*, obra publicada pela primeira vez em 1943, ainda sob o regime do Estado Novo varguista.

Azevedo insere-se nesse debate como um dos personagens centrais na defesa da escola laica, única e gratuita. Foi um dos autores brasileiros de grande expressão no campo educacional na primeira metade do século XX, e teve importante papel ao estabelecer uma sociologia da educação no país. Autor da reforma do Distrito Federal em 1928 e defensor da Escola Nova, ainda hoje continua sendo referenciado no campo da História da Educação, e lançou bases para a chamada Educação Nova no Brasil a partir da publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932, que contou com 26 signatários de grande importância para pensamento educacional da época.

O Manifesto foi publicado simultaneamente em diversos órgãos de imprensa do período, como os jornais *O Estado de São Paulo* e *Diário de Notícias*, dando visibilidade ao grupo que se autoprotomava renovador, que tinha por principal objetivo modernizar a educação e a sociedade brasileiras³. Dentre as reivindicações do grupo, encontravam-se a laicidade, a gratuidade e a obrigatoriedade da coeducação, a escola única, a organização científica da escola e o rompimento com o sistema tradicional de ensino (Azevedo *et al.*, 2010); este último tido por Fernando de Azevedo como uma educação de gênese jesuítica e colonial, de "base literária, clássica e de preparação para as profissões de advogados, médicos e engenheiros", mantendo vestígios de "taras coimbrescas", nutrida especialmente pela "cultura superficial e beletrismo filosófico" (Azevedo *et al.*, 2010, p. 672-673). Pairava ainda sobre todas essas demandas a defesa do Estado como principal responsável pela oferta do ensino no Brasil (Vidal, 2013).

Este artigo está organizado em quatro seções. Na primeira parte, pensamos o contexto em que se iniciam os conflitos entre liberais e católicos - a Revolução de 1930 - e como as novas demandas educacionais alimentaram a disputa em questão, para seguida, na segunda parte, localizarmos a ala dos católicos e seus preceitos educacionais. Na terceira parte, analisamos o grupo oposto, os liberais, ou Pioneiros da Educação Nova, suas demandas e sua importância para o debate educacional que

³ Partimos da compreensão de que modernizar é sinônimo de adotar princípios e práticas específicas do modo de produção capitalista.

se inicia naquela década. Por fim, na quarta e última parte, nos debruçamos sobre a disputa efetiva entre os dois grupos antes da aprovação da Carta de 1934, os triunfos e as perdas de cada um dos lados, pensando o conflito a partir da obra de Fernando de Azevedo.

2 A REVOLUÇÃO DE 1930: CONTEXTO E IMPLICAÇÕES NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Romanelli (2007) percebe o que chamamos de Revolução de 1930 como o auge de um conjunto de revoltas e movimentos armados que se empenharam em romper com a antiga ordem social oligárquica então vigente no Brasil. Segundo a autora, “Foram esses movimentos que, em seu conjunto e pelos objetivos afins que possuíam, iriam caracterizar a Revolução Brasileira, cuja meta maior tem sido a implantação definitiva do capitalismo no Brasil” (p. 47). Desde seu início, o que hoje chamamos de Governo Provisório (período que vai de 1930 a 1934) estabelece uma série de medidas e inovações, tanto para o reestabelecimento da economia, que se fragilizou com a queda das exportações de café e a diminuição de entrada de capitais após o *crash* de 1929, quanto para suprir demandas capitalistas advindas da industrialização e, posteriormente, do projeto hegemônico do Estado. Vargas cria naquele período o Conselho Nacional do Café, o Ministério da Educação e Saúde Pública, a Lei de Sindicalização (que estabelece controle sobre os sindicatos), o código eleitoral de 1933 e – por pressão dos constitucionalistas de São Paulo do movimento de 1932 – após convocação de assembleia constituinte, uma nova constituição em 1934.

Com o mercado mundial saturado, baixas exportações e retirada de capitais, coube ao Estado intervir de forma direta na economia. Desse modo,

[...] o principal protagonista de nossa industrialização foi o próprio estado, não só por meio de políticas cambiais e de crédito que beneficiavam a indústria, mas também mediante a criação direta de empresas estatais, principalmente nos setores energético e siderúrgico (Coutinho, 2006, p. 177).

A discussão sobre uma intervenção direta do Estado na economia e na industrialização esteve presente na argumentação do grupo revolucionário de 1930, que, ante o liberalismo vigente, tinha o discurso antiliberal em sua plataforma (Silva, 2010) ao defender a necessidade da interferência estatal na economia. A proposta de intervenção não se restringia a questões econômicas, e, posteriormente, influenciou diferentes esferas da sociedade, contribuindo, inclusive para a implantação da ditadura do Estado Novo, em 1937.

É exigência da sociedade industrial que haja mudanças no que diz respeito à educação, devido a um fator crucial: a necessidade de qualificação mínima à maior quantidade possível de pessoas, para que essas possam estar aptas ao trabalho e atenderem às demandas de consumo que essa sociedade requer, imperativo para a sobrevivência do capitalismo industrial (Romanelli, 2007). Dessa forma, além dos

setores econômico e industrial, a intervenção do Estado recaiu também sobre o ensino público no Brasil e iniciou uma importante expansão na década de 1930, paralela à guinada industrial. Apesar de ter se iniciado cerca de 100 anos após o que se desenrolou na Europa, o processo de industrialização no Brasil surtiu os mesmos efeitos da Revolução Industrial europeia do século XIX no que concerne à educação pública:

A intensificação do capitalismo industrial no Brasil, que a Revolução de 30 acabou por representar, determinou conseqüentemente o aparecimento de novas demandas educacionais. Se antes, na estrutura oligárquica, as necessidades de instrução não eram sentidas, nem pela população, nem pelos poderes constituídos (pelo menos em termos de propósitos reais), a nova situação implantada na década de 30 veio modificar profundamente o quadro das aspirações sociais, em matéria de educação, e, em função disso, a ação do próprio Estado (Romanelli, 2007, p. 59).

A expansão do ensino público tornou-se um terreno de disputa ideológica, tendo como protagonistas dois grupos: os chamados liberais, liderados especialmente pelos futuros signatários do Manifesto dos Pioneiros pela Educação Nova, e o grupo oposto, alinhado aos ideais de educação da Igreja, que aqui nos referiremos como católicos. A Igreja Católica, após a Proclamação da República em 1889, perdeu o controle de vários setores da administração pública, incluindo o setor educacional, uma vez que a Constituição de 1891 estabelecia a laicidade do ensino ministrado pelo sistema público. Além do setor educacional, a Igreja também deixou de administrar cemitérios, que se tornaram responsabilidade dos municípios, assim como passou a ser reconhecido legalmente apenas o casamento de ordem civil. A Constituição também determinou que nenhum culto ou igreja seria subsidiado pelo Estado, cindindo a relação entre Governo e Igreja. O conflito tornou-se ainda mais intenso durante a elaboração da Constituição de 1934, com ambos os grupos agindo intensamente em prol da aprovação de suas ideias e interesses no que dizia respeito aos novos parâmetros educacionais que a constituinte buscava para compor a nova carta.

Pela análise de Rocha (2004, p. 164, grifos do autor), o “ideário dos *pioneiros da educação*” (e de Fernando de Azevedo, como veremos posteriormente) defende a “extensão da igualdade” ao pensar a intervenção pública como forma de se alcançarem oportunidades iguais a todos, não pela expansão da liberdade em si, o que questiona as interpretações que classificam esse grupo como liberal. Iremos utilizar os termos “liberal” e “liberais” ao longo deste estudo como forma de denominar o grupo de oposição ao dos católicos, e não no intuito de colocá-los paralelos ao liberalismo em seu sentido clássico.

3 O VELHO: OS ATORES EDUCACIONAIS CATÓLICOS

Afirma Fernando de Azevedo em *A Cultura Brasileira*:

No período republicano, ao menos até a guerra europeia 1914-18, projetou-se, de fato, com seus caracteres, o tipo de mentalidade e de cultura que se plasmou na fase colonial e em todo o Império. O mesmo espírito literário e livresco; a mesma falta de audácia construtiva e a mesma preocupação excessiva de fórmulas jurídicas [...]. É esse espírito que reflete a constituição liberal de 1891 e vai dominar toda a legislação escolar (2010, p. 654).

A Primeira República - ou República Velha - havia sido amplamente criticada, tanto por católicos, quanto pelos pioneiros. Ao olhar do primeiro grupo, formularam-se críticas ao laicismo republicano, que divorcia "o Estado da Nação" ao deixá-la "[...] carente de cidadãos competentes na estrutura política" (Cury, 1988, p. 38). Para o segundo grupo, representado aqui por Fernando de Azevedo, a cultura republicana tem caráter bacharelesco, que não se atualiza com "o novo estado de coisas" imputado pela Primeira Guerra Mundial. Para o autor, a República não traz grandes transformações culturais, mantendo o paradigma imperial também no campo educacional. O espírito da mudança necessária só viria com a Revolução de 1930, que apesar de não ter tido uma orientação uniforme, trouxe uma rápida mudança social, desintegrando "costumes tradicionais do velho padrão cultural" e contribuindo "para uma maior intensidade de trocas econômicas e culturais" (Azevedo, 2010, p. 707).

A Constituição de 1891 mudou o paradigma em relação ao mecanismo de intermediação entre os interesses da sociedade e do Estado, encarnado antes no poder soberano do Imperador. Porém, a ideia de "povo" após a Proclamação não se mantém muito diferente da noção presente no Império, ao transferir o poder das mãos do imperador diretamente para as de um pequeno grupo dominante. Juntamente com a República, nasce um novo grupo de intelectuais, críticos dessa nova constituição política que mantém velhas estruturas imperiais, a "geração dos críticos republicanos" (Rocha, 2004). Fernando de Azevedo nos apresenta uma perspectiva teórica sobre o processo de modernização da nação. Essa face que surge na segunda metade dos anos 1920 percebe a "[...] educação como participante do processo social de formação da nacionalidade, [...] afinada com a *geração dos críticos republicanos*" (Rocha, 2004, p. 148, grifos do autor). Na terceira parte de *A Cultura Brasileira* (Azevedo, 2010), intitulada "A transmissão da Cultura", o autor discute a relação do Estado com a educação do Brasil desde a colonização até o ano de publicação da obra, 1943, e tece profundas críticas à geração que o antecede, expondo os prejuízos de seu caráter conservador, especialmente no que diz respeito às políticas educacionais. É especialmente nos capítulos III e IV que são desenvolvidas as diferenças entre o que ele chama de "velho" e "novo", o tradicional e o moderno.

Para Azevedo, conservadores são aqueles que defendem a educação mais centrada no campo humanístico (especialmente os setores eclesiásticos), críticos da República, associados aos resquícios do século XIX, nostálgicos em relação a uma sociedade pretérita ao contexto de modernização dos anos 1930. Assim, na esteira das ideias conservadoras, encontrava-se o grupo católico. Os preceitos da educação católica encontram-se descritos na Encíclica de Pio XI, *Divini Illius Magistri*, publicada em dezembro de 1929, anterior à Revolução e aos embates que tomariam forma na década de 1930, mas num momento em que importantes reformas educacionais de bases escolanovistas ocorriam no Brasil⁴. Referindo-se aos direitos da Igreja no que diz respeito à educação, a Encíclica estabelece que esse direito é anterior ao do Estado, sendo seu papel proteger e promover a família e o indivíduo, e não absorvê-los ou substituí-los, pertencendo à Igreja o direito sobrenatural de promover a educação cristã (Cury, 1988). O documento é publicado em contraposição à nova matriz de modernidade, representada no Brasil pela República, que laicizava o Estado e a educação, e diminuía os poderes políticos da Igreja católica.

Apesar do denso juízo que faz o grupo católico acerca da República,

[...] a primeira reação do movimento católico militante à Revolução de 30 foi de hostilidade e oposição. Primeiro, porque se tratava de uma “revolução”, uma alteração à ordem que era, em si mesma, vista como um mal. [...] Segundo, a revolução era como a vitória do movimento tenentista, que trazia consigo certas ideias modernas perigosas, associadas ao liberalismo e ao positivismo, com sua crença nos poderes da técnica e da ciência como critérios para a organização da vida e da ação social (Schwartzman; Bomeny; Costa, 1984, p. 54-55).

O movimento católico não apoiava a Revolução, mas cobrou, passada a turbulência e reconhecida sua vitória, maior representação política por parte da Igreja. Encontrou em Francisco Campos a ponte entre o governo revolucionário e as suas demandas, especialmente no que dizia respeito às reivindicações no setor educacional (Schwartzman; Bomeny; Costa, 1984, p. 55). Dessa forma, em 1931, o decreto 19.941 reestabelece o ensino religioso nas escolas públicas do país, uma vitória considerável diante das perdas políticas do grupo católico desde a publicação da Constituição de 1891.

Contudo, mesmo diante dessa vitória, os Católicos permaneciam alertas diante da perspectiva modernizadora da sociedade assim como, da educação. Buscam, então, a construção de uma sociologia própria, a fim de “reespiritualizar a cultura”, procurando superar o individualismo e o socialismo, o que daria “cientificidade à fé e à ação da Igreja Católica” (Schwartzman; Bomeny; Costa, 1984, p. 56). Além disso, as

⁴ Reformas Sampaio Dória (São Paulo, 1920), Carneiro Leão (Rio de Janeiro, 1922-26), Lourenço Filho (Ceará, 1922), Rocha Vaz (1925), Góis Calmon (Bahia, 1925), Francisco Campos e Mário Casasanta (Minas Gerais, 1927), Carneiro Leão (Pernambuco, 1928-30), Reforma do Distrito Federal por Fernando de Azevedo (Rio de Janeiro, 1928).

publicações da revista *A ordem* desse período demarcam a luta contra o materialismo e a ciência moderna, tão ligadas ao movimento de 1930, colocando o periódico em um espaço importante de disseminação dos ideais católicos para a educação naquela década.

Ao analisar o pensamento católico para a educação e o descontentamento desse grupo com as novas demandas que surgiram após a Proclamação da República, podemos ter uma ideia do contexto no qual se discutiam as chamadas ideias renovadoras no país. As divergências que se acentuaram na época, segundo Azevedo, tornavam

[...] cada vez mais sensível a zona de “pensamento perigoso”, que existe em qualquer sociedade e que, variando conforme as épocas e os lugares, tende sempre a ampliar-se, nos períodos críticos, de mudança e de transformações sociais. A zona de pensamento perigoso, estendendo-se, ameaçava abranger agora, dentro de suas fronteiras, as aspirações da “escola nova” e, de um modo geral, as novas ideias de educação. E mais ainda, o próprio pensamento, o espírito científico e a liberdade de juízo (Azevedo, 2010, p. 728).

Antes, porém, de pensar no embate ideológico travado entre renovadores e católicos, procuremos entender os princípios escolanovistas, aqui representados pelos ideais de Fernando de Azevedo.

4 O ASSIM CHAMADO NOVO: FERNANDO DE AZEVEDO E O GRUPO RENOVADOR

Do lado oposto ao da ala católica, temos o que chamamos aqui de liberais, ou renovadores, aglutinados ao redor das idealizações de Fernando de Azevedo. Esse grupo

[...] aponta uma concepção educacional de caráter moderno, individualista, baseada numa concepção de nação – a educação como participante do processo social de formação da nacionalidade – que não se fundamenta com o poder [...], e que busca processos de integração cultural que não se fazem por imposições de identidade (Rocha, 2004, p. 148).

Como já mencionado, o projeto de Azevedo passava pela criação de uma “nova modernidade” brasileira, mais inclusiva, com outro ideal de povo, similar àquela defendida pela geração dos críticos republicanos, na contramão do que foi feito nos primeiros anos da República. Essa modernidade pensada pelo sociólogo passava antes pela criação de bases culturais e políticas para a nação, o que seria conseguido através de uma renovação intelectual e, portanto, da reestruturação do sistema educacional público brasileiro. Como pondera o autor em *A Cultura Brasileira*, do ponto de vista cultural e pedagógico, “[...] a República foi uma revolução que abortou [...]” (Azevedo, 2010, p. 676). O novo regime não empreendeu as mudanças necessárias a uma transformação cultural e política e, no ponto educacional, manteve o tom livresco, bacharelesco e dualista presente no Império.

De fato, analisa Fausto (2021), o entusiasmo doutrinário e “fervor ideológico” que marcam o final da era Imperial é abrandado com o início da República: “Passada a fase da luta em prol de um novo Estado, arrefecem-se os ânimos; há, na verdade, uma diminuição de tentativas de análise e de programação educacionais” (p. 284). No novo contexto político, buscava-se estabelecer e fixar as bases do novo regime num panorama mais amplo da sociedade brasileira, ocupando a educação, assim, um papel mais ao fundo do novo cenário que se desdobrava. Os esforços para o desenvolvimento e estruturação de uma instrução pública iniciados no Império deixam de ser uma prioridade, não deixando necessariamente de existir, mas ganhando um caráter de exceção.

Os pouco mais de 40 anos em que a questão educacional é posta em segundo plano não passaram sem uma consequência: nos anos finais da Primeira República, a taxa de analfabetismo no Brasil chegava próxima aos 80%. Os ares de insucesso gerados pelas promessas que os ideários da República não cumpriram, além de um clima de insatisfação, tanto de ordem renovadora, quanto católica, nas palavras de Nagle (2009, p. 115) provocaram o surgimento inesperado de um entusiasmo pela escolarização, pensamento que predominou nos anos de 1920 e início da década seguinte. Afirma o autor que esses entusiasmos e otimismo pedagógicos poderiam ser analisados por dois lados:

[...] de um lado existe a crença de que, pela multiplicação das instituições escolares, da disseminação da educação escolar, será possível incorporar grandes camadas da população na senda do progresso nacional, e colocar o Brasil no caminho das grandes nações do mundo; de outro lado, existe a crença de que determinadas formulações doutrinárias sobre a escolarização indicam o caminho para a verdadeira formação do homem brasileiro (Nagle, 2009, p. 115).

Para resumir o pensamento que predomina na segunda e terceira décadas do século XX, a educação deveria ser “o primeiro problema nacional”, capaz de ceifar a ignorância, que seria então a causa de todas as crises (Fausto, 2021, p. 285). Recai sobre a instrução pública a tarefa de modernizar o país e atualizá-lo às novas demandas sociais que se firmaram após a I Guerra, o que gerou sucessivas reformas nesse âmbito em diversos estados do país⁵. Esse processo de modernização, como pensou Azevedo, passava antes pela criação de bases culturais e políticas para a nação, o que seria conseguido através de uma renovação intelectual e, portanto, da reestruturação do sistema educacional público brasileiro. É nesse contexto que há uma maior difusão dos ideais da Escola Nova, na busca da substituição do modelo educacional praticado até

⁵ Vale dizer que as iniciativas reformistas que marcaram os anos de 1920 foram delineadas e executadas pelos Estados, não pela Federação. O “federalismo” excessivo e a falta de unidade nacional são, inclusive, algumas das principais críticas do grupo que levou Vargas ao poder ao primeiro regime republicano.

então e numa tentativa de inverter o painel elitista e enciclopédico patente no Império, e sem muitas mudanças no primeiro período republicano.

Azevedo e seu grupo eram os principais representantes da Escola Nova no Brasil, movimento educacional sem projeto totalmente definido, mas que tinha como principal bandeira a garantia de educação pública, universal, gratuita e de igual qualidade para toda a população, promovendo, segundo esse pensamento, uma igualdade básica de oportunidade, onde as diferenças apareceriam apenas baseadas nas qualidades pessoais de cada indivíduo (Schwartzman; Bomeny; Costa 1984, p. 52). O sociólogo descreve os preceitos da Educação Nova em três pilares:

1) maior liberdade para a criança, a que se pretende proporcionar condições mais favoráveis ao seu desenvolvimento natural, pela atividade livre e espontânea; 2) o princípio de atividade (métodos ativos, escola ativa), ligado ao da liberdade e inspirado no pensamento de que a criança é um "ente essencialmente ativo, cujas faculdades se desenvolvem pelo exercício"; e 3) o respeito da originalidade pessoal de cada criança e, em consequência, a "individualização" do ensino, sob o fundamento de que a cada um é devida a educação que lhe convém [...] (Azevedo, 2010, p. 727).

O nível de ensino que mais levantava o teor crítico dos renovadores era justamente o ensino primário. Porém, a revolução cultural e política necessária à criação da modernidade nacional almejada por Azevedo não incluía apenas o ensino primário, como citado acima, mas todas as fases de ensino (secundário, técnico, normal e superior) e, especialmente, a elevação do curso do magistério ao nível superior. Também era pauta dos renovadores a laicidade da educação - talvez um dos únicos legados educacionais da Primeira República a não ser questionado por Fernando de Azevedo - principal ponto de discordância entre católicos e renovadores. É no auge das disputas entre esses dois grupos que é publicado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932, resultado dos debates ocorridos na IV Conferência de Educação promovida pela Associação Brasileira de Educação, da qual falaremos no próximo tópico.

O Manifesto, apesar de assinado por 26 educadores, é a expressão, em especial, das ideias de Fernando de Azevedo, seu redator. O texto, de acordo com Xavier (2002, p. 126) "funcionou como uma estratégia de poder, um documento que visava reafirmar princípios e, em torno desses, selar as alianças necessárias ao enfrentamento das disputas políticas do momento". Continua a autora:

Após a publicação do Manifesto, a defesa dos princípios de laicidade, gratuidade e coeducação ganharam cada vez maior projeção no debate educacional tendo sido levados à discussão dos debates que precederam a elaboração da Constituição de 1934. Como estratégia política, o Manifesto facilitou, ao chamado grupo dos pioneiros, a ampliação de seu espaço de ação dentro da ABE e junto à opinião pública em geral, consolidando a imagem de um grupo coeso e contribuindo para a reafirmação de compromissos e solidariedades que selavam a identidade do grupo (Xavier, 2002, p. 127).

O documento estabelece novos marcos na educação nacional e é divisor histórico na luta pelo direito à educação gratuita e pela escola única. Não podemos deixar de apontar, entretanto, uma importante diferença de posicionamento político e ideológico entre o texto de 1932 e *A cultura Brasileira*, publicada onze anos depois, já sob o regime ditatorial varguista. No segundo texto, Azevedo faz considerações elogiosas acerca da constituição de 1937, uma das mais autoritárias de nossa história, assim como sobre as reformas Francisco Campos (1931) e Capanema (1942-46), que contrariam em muitos pontos os ideais defendidos por ele no Manifesto. Sobre essa visão aparentemente contraditória, Rocha (2008) aponta que Azevedo “enxergou no Estado Novo a realização democrática, por conta do que ele percebia como avanços nos processos de acesso à educação em vários níveis, exaltando a dimensão de maior igualdade na nova ordem social, ainda que em detrimento de valores de liberdade” (p. 277).

Também é importante frisar que o Brasil foi o único país a tornar os princípios escolanovistas um investimento de Estado. Ao redor do mundo, o movimento foi abraçado por instituições específicas, privadas, em sua maioria. Mesmo com as lacunas e contradições deixadas ao longo do texto do Manifesto de 1932, sua bandeira continua atual ao defender a igualdade de direito à educação e chamar à responsabilidade o Estado para educar a nação por ele dirigida. O Manifesto representa, assim, “um evento fundador no discurso de democratização do ensino” (Vidal, 2013).

5 CATÓLICOS X LIBERAIS

Fundada em 1924 no Rio de Janeiro, a Associação Brasileira de Educação (ABE) nasce com o intuito de reunir educadores e pensadores da educação empenhados na tarefa de colaborar com governos no que tangem as questões educacionais, projetando na instrução pública o caminho para as soluções dos problemas nacionais, visão também defendida por Fernando de Azevedo. A Associação promoveu conferências anuais, sendo as de 1931 e 1932 as que mais marcaram os rumos da história da educação. Dentro da ABE é que se firmou em definitivo o embate entre católicos e pioneiros.

Durante a IV Conferência Nacional de Educação, promovida pela ABE no Rio de Janeiro, entre 13 e 20 de dezembro de 1931, intensificou-se a disputa entre liberais e católicos. A pedido de Getúlio Vargas e Francisco Campos, ministro da educação e saúde do Governo Provisório, a conferência deveria fornecer o que Azevedo (2010, p. 721) chamou de “fórmula feliz”, o “conceito de educação” que contribuísse para a formação dos rumos educacionais do grupo Revolucionário. Os organizadores da conferência, alinhados ao grupo católico,

[...] contavam referendar, na sua assembleia de encerramento, uma política educacional que perpetuava a dualidade do sistema escolar e lhe imprimia orientação religiosa. Controlada, desde 1929, por um grupo católico, a ABE organizara a Conferência de modo a encaminhar as deliberações tomadas nesta direção (Carvalho, 1994, p. 72).

A tentativa do grupo católico não teve sucesso, cruzada pelas ideias de outro grupo que surgia, defensor da escola laica e da educação nova, que naquele momento teve como porta-voz o jornalista Nóbrega da Cunha, cujo discurso desarticulou os ideais propostos pelos católicos. Rocha (2004) define a intervenção de Nóbrega da Cunha como um “ato de esperteza política”, que pretendia postergar as discussões para a V Conferência, realizada no ano seguinte em Niterói.

Alguns meses após a Conferência do Rio de Janeiro, é publicado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que, como já mencionamos, deu visibilidade ao grupo de Azevedo. Segundo o redator do texto nos conta em *A cultura Brasileira*, o Manifesto visava

[...] fortificar a obra do ensino leigo, tornar efetiva a obrigatoriedade escolar, criar ou estabelecer para as crianças o direito à educação integral, segundo suas aptidões, facilitando-lhes o acesso, sem privilégios, ao ensino secundário e superior, e alargar, pela reorganização e pelo enriquecimento do sistema escolar, a sua esfera e seus meios de ação” (Azevedo, 2010, p. 723).

No ano seguinte, com oposições mais demarcadas que antes, compareceram à V Conferência Nacional os grupos católico e renovador, agora com um objetivo ainda mais concreto: formar as bases políticas educacionais da Constituição de 1934. Eram as principais reivindicações dos pioneiros: a) a criação de “fundos financeiros para a educação, formados por verbas orçamentárias estatais”; b) que através da criação de um plano nacional de educação, se firmasse “o compromisso da União com todos os níveis de ensino”; c) que a gestão educacional se desse de forma autônoma, “através da formação de conselhos nacional e estaduais de educação” (Rocha, 2004, p. 174-175). Entre as maiores vitórias dos pioneiros está a obrigatoriedade do ensino primário, bandeira principal da ala, extensivo inclusive aos adultos, e a aprovação do Plano Nacional de Educação. Os católicos também foram bem-sucedidos, conseguindo a aprovação da oferta do ensino religioso, ainda que este fosse facultativo.

A disputa entre pioneiros e católicos deve ser entendida principalmente no campo político. Os católicos não se posicionavam contra os propósitos metodológicos escolanovistas de escola ativa, trazidos pelos pioneiros ao Brasil. A Reforma Francisco Campos em Minas Gerais, a exemplo disso, foi de cunho escolanovista e alicerçada a uma base católica. No entanto, ao pensarem as condições para uma educação integral, os católicos questionavam a formação moral e espiritual, e, assim, demarcavam a necessidade de uma educação com princípios cristãos. Já o lado pioneiro posicionava-se contra o ensino religioso, uma vez que a reforma se daria pelo seio do Estado, que era laico desde o início da República.

A apropriação da questão escolanovista era feita em litígio pelos grupos antagonistas. À ala católica, cabia uma significação exclusivamente metodológica, que confinava o uso da expressão ao uso doutrinário da pedagogia, dando inclusive preferência ao termo “pedagogia da escola nova”. Para os pioneiros, ao contrário, a educação nova era parte do projeto de transformação da sociedade brasileira, a tentativa de instaurar o novo, uma reforma educacional de bases culturais e políticas, o que estaria além do método (Carvalho, 1994).

A intensidade do debate entre os dois grupos esfria a partir do golpe de 1937, que introduz o Estado Novo e, como eufemisticamente escreve Azevedo, acaba “amainando as polêmicas, arrefecendo as paixões e impondo, como linha de conduta, no domínio educacional, uma política de compromissos, de adaptação e de equilíbrio” (Azevedo, 2010, p. 725).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos neste artigo analisar as disputas no campo educacional que precederam a publicação da Constituição de 1934, tendo como protagonistas dois grupos principais: os católicos e os pioneiros da educação nova. Pudemos observar que a disputa, além do campo ideológico, marcava-se principalmente no campo político, procurando o grupo eclesial estabelecer uma educação pública de valores morais cristãos e os pioneiros buscando políticas de Estado que estabelecessem uma educação popular gratuita e de igual acesso a todos os brasileiros, obedecendo aos preceitos da laicidade estabelecidos na Constituição de 1891. Buscamos compreender os acontecimentos pela ótica de Fernando de Azevedo, principal representante do grupo renovador, através da leitura da terceira parte de sua obra mais referenciada, *A Cultura Brasileira* (Azevedo, 2010).

Azevedo caracteriza os avanços das ideias pioneiras como uma marcha gloriosa e avassaladora para o “novo” (Carvalho, 1998). Ao caracterizar o “novo” como sendo o projeto dos pioneiros para a educação brasileira, o “velho”, em oposição, estaria identificado como o grupo que se opunha a uma educação de cunho mais científico, associado aos resquícios do século XIX e críticos da República, defensores de uma educação humanística e dualista. É válido, entretanto, pensarmos a estratégia discursiva do uso desse termo, não só utilizada na obra azevediana, como também em outros episódios de nossa história em que procurava-se romper com ideias localizadas em um grupo de oposição. “Pedagogia nova”, “novo estado de coisas”, “homem novo” são alguns dos termos que aparecem não apenas ao longo da obra educacional de Fernando de Azevedo, mas também permeia toda a história do Brasil. Não necessariamente a alcunha do “novo” significará mudanças nos paradigmas sociais e políticos nacionais. O epíteto também pode ser localizado na transição que marca o final da Primeira República, inaugurando o que ficou conhecido como República Nova, na propaganda da ditadura Vargasista, o Estado Novo, ou, mais recentemente, na

designação de um partido político de ordem neoliberal, para citar apenas alguns exemplos.

Azevedo identifica as disputas que ocorreram na década de 1930 como “zona de pensamento perigoso”, o que ameaçava as aspirações da escola nova e o avanço para a modernidade. Carvalho (1989) ressalta que o próprio Fernando de Azevedo evitava tal zona, e que o autor, ao cunhar a expressão, minimiza o significado político do confronto que se dá na década de 1930. Ao descrever os grupos centrais no litígio educacional do período em “novos” e “velhos”, polarizados, a autora indica que Azevedo acaba por definir a disputa entre “vilões” e “mocinhos”.

Muitas são as críticas a serem feitas sobre os posicionamentos políticos do sociólogo em *A cultura Brasileira*, inclusive o tom elogioso que utiliza Azevedo ao se referir à ditadura do Estado Novo e à constituição de 1937. Não se pode, porém, diminuir a importância desse educador nas lutas pela democratização do ensino público no Brasil. Fernando de Azevedo, junto a Anísio Teixeira e Lourenço Filho, posteriormente seguidos de Florestan Fernandes e Darcy Ribeiro, figura como um dos maiores educadores do século XX. É devido aos educadores de agora pensar suas ideias sem olhar o passado com os valores do presente, mas reconhecendo que parte do terreno em que pisamos hoje fora cimentado por Fernando de Azevedo e seu projeto de democratização da educação pública.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, F. **A cultura brasileira**. 7. ed. São Paulo: Edusp, 2010.

AZEVEDO, F. *et al.* **Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) e dos Educadores (1959)**. Recife: Editora Massangana, 2010.

CARVALHO, M. M. **Molde nacional e forma cívica**: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931). Bragança Paulista: Edusf, 1998.

CARVALHO, M. M. Fernando de Azevedo, pioneiro da educação nova. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 37, p. 71-79, 1994. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rieb/article/view/71080>. Acesso em: 04 maio 2024.

CARVALHO, M. M. O novo, o velho, o perigoso: relendo *A Cultura Brasileira*. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 71, p. 29-35, 1989. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1166>. Acesso em: 04 maio 2024.

COUTINHO, C. N. O estado brasileiro: gênese, crise, alternativas. *In*: LIMA, J. C.; NEVES, L. M. W. **Fundamentos da educação escolar no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Fiocruz/EPSJV, 2006. p. 173-200.

CURY, C. R. J. **Ideologia e educação brasileira**: católicos e liberais. São Paulo: Cortez, 1988.

FAUSTO, B. **O Brasil Republicano: sociedade e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021. (Coleção História Geral da Civilização Brasileira, v. 9).

NAGLE, J. **Educação e sociedade na primeira república**. São Paulo: Edusp, 2009.

ROCHA, M. B. P. Historiografia e significação histórica em Fernando de Azevedo. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 38, maio/ago. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/sfPg3vbqZCNDh4SXwHsnyvs/?format=pdf>. Acesso em: 04 maio 2024.

ROCHA, M. **Matrizes da modernidade republicana: cultura política e pensamento educacional no Brasil**. Brasília: Ed. Plano; Campinas: Autores Associados, 2004.

ROMANELLI, O. **História da educação no Brasil**. 19. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H.; COSTA, V. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: EDUSP, 1984.

SILVA, F. As constituições da Era Vargas: uma abordagem à luz do pensamento autoritário dos anos 30. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 9, n. 17, p. 259-288, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/15680>. Acesso em: 04 maio 2024.

VIDAL, D. G. V. 80 anos do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova: questões para debate. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 557-588, jul./set. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/L9NXysJMYvyRSvPfPxZRgSq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 04 maio 2024.

XAVIER, L. Fernando de Azevedo e o legado de uma geração. In: GARCIA, W. E. (org.). **Educadores brasileiros do Século XX**. Brasília: Editora Plano, 2002. v. 1.

Contribuição das autoras:

Ana Beatriz Peres de Sousa – Autora da pesquisa, coleta de dados, revisão bibliográfica e escrita do texto.

Veralúcia Pinheiro – Orientadora da pesquisa, participação ativa na revisão da escrita final.

Revisão gramatical por:

Rafael Gomes Nogueira Pereira

E-mail: rafaelgnp@gmail.com